O ESTADO DE S. PAULO -Política-

QAJUCJ TERÇA-FEIRA — 26 DE MAIO DE 1987

Agora é hora do voto, não do

. BRASÍLIA
AGENCIA ESTADO

Com a entrega dos relatórios das
24 subcomissões aos relatores das oi-

to comissões temáticas, começou on-
tem o segundo tempo das discussões
no Congresso Constituinte. Ao con-
trário do início dos trabalhos, em ja-
neiro, quando os 559 constituintes ti-
veram que partir do zero para elabo-

rar a futura Constituição da Repúbli-
ca, agora os oito relatores terão um
texto por onde guiar as discussões do
anteprojeto: os relatórios aprovados
nas subcomissões, três de cada co-

missão temática. No fim de semana,

foram aprovados os relatórios das 24
subcomissões, depois de intensas vo-
tações e de grandes polémicas. Do

relatório de Virgildásio de Senna, da
Subcomissão de Intervenção do Esta-
do, só restou um artigo: independen-
tes de todos os partidos derrubaram
todos os outros que estatizavam de-
mais a economia. Em compensação, o
do relator da Subcomissão da Defesa

do Estado e da Sociedade, Ricardo
Fiúza, foi mantido quase na íntegra,
da forma como desejavam as Forças
Armadas. Na Subcomissão do Poder

O novo Brasil, com 31 Estados

O relator da Comissão da Orga-
nização do Estado, José Richa, rece-
be hoje os anteprojetos, com 95 arti-
gos, das subcomissões da União, Dis-
trito Federal e Territórios; dos Esta-
dos; e dos Municípios e Regiões com
mudanças básicas no atual texto
constitucional. Fundamentalmente,
o Distrito Federal ganha sua autono-
mia, o desenho do Brasil terá mais
oito Estados e os municípios terão
mais autonomia organizando-se em
regiões de interesses económicos e
sociais.

A Subcomissão da União, Distri-
to Federal e Territórios entrega um
anteprojeto com 39 artigos no qual
dispõe que o Distrito Federal terá
eleição para governador, vice e As-
sembleia Distrital pelo voto direto e
secreto e que os deputados elabora-
rão a Lei Orgânica. Nas disposições
transitórias, fixa a primeira eleição
para 15 de novembro de 1988 com
posse dos eleitos em 1° de janeiro de
1989. Os eleitos terminarão seu man-
dato junto com os demais governa-
dores, em 1990, portanto, com dois
anos. O artigo 38 obriga a União, pelo
prazo de dez anos, a contar da pro-
mulgação da Constituição, a estrati-
ficar o programa de proteção ecológi-
ca e aproveitamento aconômico do
pantanal matogrossense, com ênfase
no turismo e na pecuária, onde apli-
cará anualmente 0,005% da receita
federal.

A Subcomissão dos Estados pre-
parou anteprojeto com 29 artigos
Çropondo a criação dos Estados de
ocantins (Goiás), Maranhão do Sul
(Maranhão), Triângulo (Minas Ge-
rais), Santa Cruz (Bahia), Juruá
(Amazonas), Tapajós (Pará) e a
transformação dos Territórios de
Amapá e Roraima em Estados. Esta-
belece que o arquipélago de Fernan-
do de Noronha fica extinto, reincor-
porando seu território ao de Pernam-
buco. A subcomissão também sugere
mandato de quatro anos para os go-
vernadores, com eleição em dois tur-
nos e posse em 1° de janeiro, 46 dias
após a eleição. Depois de promulga-
da a Constituição, as Assembleias
Legislativas terão seis meses para
aborar a Constituição estadual,
i de consagrar o princípio do ple-
Icito para criação de novos Esta-
í&s e municípios, e ouvir a popula-
ção do Rio de Janeiro sobre a conti-
nuidade da fusão com o Estado da
Guanabara.

B A Subcomissão de Municípios e
iões apresentará 27 artigos ofere-
Ido mais autonomia aos municí-
: e sugerindo sua organização em
regiões de interesses económicos e
sociais, com conselhos regionais pa-
ra definir planos e programas. O rela-
tor sugere também a criação de juí-
zes distritais ou municipais, conse-
lhos de ouvidores constituídos por
representantes das comunidades
sfái remuneração para fiscalizar o
desempenho da administração mu-
nféipal, receber queixas da comuni-
dade e manifestar-se perante a Ca-
nsara de Vereadores. Dá aos Estados
oJUreito de criar regiões metropolita-
nas e cria os fundos regionais de de-
senvolvimento, obrigando a União a
atinar 30% da sua receita tributá-
durante 20 anos, com a seguinte
ibuiçâo: região Sul, 4%; Sudes-
te^ 2%; Centro-Oeste, 5%; Nordeste
i]$b; e Norte, 8%.

rrjririririnrirririr] gjgjgj^ 1
» — g g g ip- p ç S1B
Chalés Hotel

Fazenda

VALE DO SOL
SERRA NEGRA

0192-92^3500

SP-257-3955
r

LUADEMEL-FINS]

)E SEMANA-FÉRIASI

Nas Minorias, projetos avançados
Os três anteprojetos encaminha-
dos ontem à Comissão da Ordem So-
cial pela Subcomissão dos Negros, Po-
pulações Indígenas e Minorias, Subco-
missão dos Direitos dos Trabalhadores
e Subcomissão da Saúde e do Meio
Ambiente são considerados avançados
em suas propostas à nova Constituição
e levarão para o âmbito da comissão o
debate de propostas polémicas como a
estatização dos serviços básicos e es-
senciais à saúde, mesmo com a ressal-
va de que será estatizado "só o indis-
pensável". A proibição de propaganda
comercial de medicamentos, formas
de tratamento, tabaco e bebidas; a
isenção do Imposto de Renda a todo
cidadão com aposentadoria ou pensão
menor do que 20 salários mínimos; e
igualdade de salário para trabalho
igual.
Na Subcomissão dos Direitos dos
Trabalhadores foram rejeitadas as 48
emendas apresentadas pelo deputado
Max Rosenmann (PMDB-PB) que
pretendiam, por exemplo, manter a
jornada de 48 horas de trabalho — per-

manecendo as 40 horas como fruto de
acordos trabalhistas — e impedir o pa-
gamento em dobro das férias. O ante-
projeto manteve a proibição da dife-
rença de salário para trabalho igual, e
aposentadoria com proventos iguais à
maior remuneração dos últimos 12
anos de serviço, sendo aos 30 anos para
o homem e aos 25 para a mulher.

O anteprojeto definitivo da Subco-
missão da Saúde e do Meio Ambiente,
segundo o relator Carlos Mosconi
(PMDB-MG), é mais avançado do que
o projeto original, como no caso da
proibição da atuação de empresas es-
trangeiras na assistência à saúde da
população e o controle pelo Estado das
drogas e demais produtos tóxicos. O
anteprojeto mantém a proibição da eu-
tanásia, garante o livre arbítrio do ca-
sai quanto ao número de filhos e a
alocação de 10% do PIB para a saúde.
Em relação ao meio ambiente manteve
a condição de prévia autorização do
Congresso Nacional para a instalação
e funcionamento de reatores nuclea-

res e a caracterização como crime e
genocídio para práticas deletérias ao
meio ambiente e à saúde da popu-
lação.
Na Subcomissão dos Negros, Po-
pulações Indígenas e Minorias o ante-
trojeto foi mantido quase na íntegra,
levantando apenas alguma polémica a
reivindicação dos homossexuais —
acatada pelo relator Alceni Guerra
(PFL-PR) — para que a Constituição
fixe que ninguém será prejudicado ou
privilegiado em razão da orientação se-
xual, e a questão da exploração dos
recursos naturais nas áreas indígenas.
O deputado Rui Nedel (PMDB-RS)
tentou aprovar uma emenda de plená-
rio que suspendia por 30 anos a explo-
ração de minérios nessas áreas, mas a
subcomissão rejeitou qualquer altera-
ção nos artigos que tratavam dos dois
assuntos. O anteprojeto manteve a
principal reivindicação dos negros de
classificar na Constituição como crime
anafiançável "subestimar, estereoti-
par ou degradar grupos étnicos, raciais
ou de cor".

"Dohradinlia" limita estatizaçi

Executivo, foi instaurado um "parla-
mentarismo híbrido", com mandato
presidencial de cinco anos. "A maio-
ria vota, não fala", explicou o consti-
tuinte Af if Domingues, líder da derru-
bada do relatório de Virgildásio de
Senna. "Agora quem tem voto ganlm*
Acabou o poder do barulho", disse
Expedido Machado, líder da maioria
independente na Subcomissão do Po-
der Executivo. XAS
t aatu

Uma "dobradinha" perfeita en-
tre o presidente da Comissão do Sis-
tema Tributário, Orçamento e Fi-
nanças, o ex-ministro Francisco Dor-
nelles, e o seu relator, José Serra,
influenciou fortemente os anteproje-
tos produzidos pelas três subcomis-
sões subordinadas. Dornelles e Ser-
ra, atuando sobre os membros do
PMDB, PFL, PL e PDT, consegui-
ram, com apoio de grupos liberais e
conservadores, reduzir as intenções
estatizantes de boa parte dos partici-
pantes das discussões e impediram,
por exemplo, o tabelamento dos ju-
ros em 12% reais ao ano, proposto
por Fernando Qasparian (PMDB-
SP) relator da Subcomissão do Siste-
ma Financeiro.

O melhor exemplo da dobradi-
nha Dornelles (PFL-RJ) e Serra
(PMDB-SP) foi o anteprojeto da Sub-
comissão de Tributos, Participação e
Distribuição de Receitas, elaborado
basicamente por uma equipe em que
predominavam ex-assessores de
Dornelles, como o ex-secretário da

Receita, Luiz Axioly Patury. O docu-
mento foi à votação e mereceu ape-
nas duas alterações: eliminou-se a
exigência para revisão de lei de isen-
ção e de benefício fiscal de quatro em
quatro anos e permitiu-se aos Esta-
dos e Distrito Federal instituírem
um adicional de 5% sobre o Imposto
de Renda devido à União.

O projeto reduz a concentração
de poderes e recursos oriundos de
tributação, hoje nas mãos da União,
repassando boa parte para Estados e
Municípios. E, entre outras novida-
des, determina expressamente que
"não incidirão impostos federais e
estaduais em relação à microempre-
sa, definida em Lei, para esse fim,
pela União e pelos Estados, respecti-
vamente".

Fica com a União a competência
para instituir impostos sobre impor-
tação de produtos estrangeiros, ex-
portação de produtos nacionais ou
nacionalizados, rendas e proventos
de qualquer natureza, produtos in-
dustrializados e operações de crédi-

to, câmbio e seguro, ou relativas a
títulos ou valores mobiliários. O Im-
posto sobre Produtos Industrializa-
dos deverá ser seletivo, em função da
essencialidade dos produtos. Fixa,
ainda, condições para empréstimos
compulsórios e tributos extraordiná-
rios, para casos de guerra ou calami-
dade. O compulsório não poderá
mais ser utilizado como instrumento

de política económica. Cria-se, ainda
o Imposto sobre Vendas e Varejo, ou
sobre Valor Agregado, e dá maiores
condições de defesa do contribuinte
frente ao poder estatal. Mesmo não
tendo conseguido limitar os juros, o
relator Fernando Gasparian conside-
rou-se vitorioso por terem sido extin-
tas as cartas patentes para abertura
de novos bancos, eliminado o Conse-
lho Monetário Nacional, que passa-
ria a ter suas funções exercidas por
comissão especial do Congresso Na-
cional, limitado o Banco Central à
autoridade monetária e responsável
pela fiscalização do sistema, com sua
diretoria aprovada pelo Congresso.

Eleição de presidente em 2 turnos
O presidente da República será
escolhido em eleições diretas, em dois
turnos, e terá um mandato de cinco
anos. O cargo de vice-presidente não
existirá mais. Assim, em caso de au-
sência do presidente, seu substituto
será o presidente da Câmara, do Sena-
do ou do Conselho de Ministros, nessa
ordem. O novo regime, implantado
com a futura Constituição, será o pre-
sidencialismo misto, com o primeiro-
ministro e os ministros de Estado indi-
cados pelo presidente, responsável pe-
lo Poder Executivo.

São essas as principais definições
da Subcomissão do Poder-Executivo,
preiidida pelo deputado Albérico Fi-
lho (PMDB-MA). A maioria dos parla-
mentares dicidiu ainda alterar outro
tema polémico do parecer original do
relator José Fogaça (PMDB-RS): os
ministros do Exército, Marinha, Aero-
náutica, Relações Exteriores e o chefe
do Gabinete Civil serão indicados pelo
presidente da República, mas não es-
tarão sujeitos à censura do Congresso.
Qualquer um dos outros ministros e

mesmo o primeiro-ministro poderão
ser destituídos por moção de descon-
fiança aprovada por um terço da Câ-
mara dos Deputados.
A Comissão de Organização dos
Poderes e Sistema de Governo, presi-
dida pelo deputado Oscar Corrêa
(PFL-MG), começa a receber amanhã
as emendas aos anteprojetos de suas
três subcomissões — a do Executivo, a
do Judiciário e a do Legislativo. Esta
última tenta em seu relatório restabe-
lecer as prerrogativas perdidas duran-
te o período autoritário. O Congresso
passa a participar da elaboração do or-
çamento da União e as comissões téc-
nicas parlamentares ficam capacitadas
a dar o parecer final a projetos de lei
do governo e dos parlamentares; o ple-
nário votaria apenas as matérias polé-
micas. O parecer do relator José Jorge
(PFL-PE) determina ainda o fim do
pagamento de jeton aos parlamenta-
res pelo comparecimento às sessões.
No período de recesso, uma comissão
especial receberá os projetos urgentes
do governo.

A Subcomissão do Poder Judiciá-
rio aprovou em seu anteprojeto a cria-
ção de uma Câmara Constitucional
dentro do Supremo Tribunal Federal,
formado de 12 ministros — quatro indi-
cados pelo Executivo, quatro pelo Le-
gislativo e o restante pelo STF, dentre
seus vitalícios. Essa Câmara examina-
rá as moções de inconstitucionalidade
de leis e atos inconstitucionais de au-
toridades. Segundo o parecer da Sub-
comissão do Judiciário, com a promul-
gação da nova Constituição, a Justiça
Militar se encarregará apenas do jul-
gamento de militares processados por
crimes de natureza militar. O STM
não mais julgará civis — uma vitória
do relator, deputado Plínio de Arruda
Sampaio (PT-SP).

Segundo a proposta a ser aprecia-
da agora pela Comissão de Organiza-
ção do Estado, o cidadão comum pode-
rá apresentar projetos de lei ou emen-
da constitucional, mediante assinatu-
ras de apoio, com número ainda não
especificado.

Mandato atual pode ser fixado à parte

i «o
sim
'9CTJ

Apesar de o relatório da Subco-
missão do Sistema Eleitoral e dos
Partidos Políticos tenha aprovado
um artigo fixando o mandato do pre-
sidente da República, governadores
e prefeitos, com seus respectivos vi-
ces, em quatro anos, as disposições
transitórias deste mesmo relatório é
que fixarão o mandato do atual pre-
sidente, José Sarney. A tendência,
até as 22h30 de ontem, era fixá-lo em
cinco anos.

Uma das últimas subcomissões a
votar seu relatório de apenas 29 arti-
gos, a Subcomissão do Sistema Elei-
toral, acabou introduzindo a fixação
de mandato em seu artigo 10°, con-
forme preconizado no relatório de
Francisco Roííi (PTB-SP).
A discussão sobre a incompetên-
cia da subcomissão para fixar man-
dato acabou perdendo na votação fi-
nal por 12 contra 8. Esses são deta-
lhes que acabarão se perdendo, po-
rem, na redação final do relatório da
Comissão da Organização Eleitoral,
Partidária e Garantias das Institui-
ções, presidida pelo Senador Jarbas
Passarinho e tendo como relator o
deputado Prisco Viana (PMDB-BA).
SUBSOMISSÃO DO SISTEMA
ELEITORAL
E PARTIDOS POLÍTICOS
Uma das últimas a votar seu re-
latório, esta subcomissão, presidida
pelo deputado Israel Pinheiro
(PMDB-MG), até ontem à noite con-
seguiu aprovar o voto obrigatório,

sem contudo definir a idade, caindo
assim a proposta de 16 anos e o voto
facultativo.
Também foi mantido o voto dos
analfabetos, acompanhado, inclusi-
ve, da garantia do governo federal
em facilitar esse voto. O relatório in-
clui igualmente a proposta de siste-
ma distrital misto, ou seja, eleição
majoritária e proporcional, ficando a
cargo do Congresso Nacional os cri-
térios de divisão distrital, através de
lei complementar.
SUBCOMISSÃO DE DEFESA
DO ESTADO DA SOCIEDADE

E DE SUA SEGURANÇA
O relatório do deputado Ricardo
Fiúza (PFL-PE) mantém os elemen-
tos fundamentais vigentes na atual
Constituição. Assim, apesar das
emendas dos setores progressistas
do PMDB, do PT e PDT propondo
eliminação da seção sobre segurança
nacional e alteração da destinação
constitucional das Forças Armadas,
o relatório só acatou sete emendas
das 224 inicialmente propostas.
GARANTIA DA CONSTITUIÇÃO
O parecer aprovado pela subco-
missão, cria o Tribunal Constitudõ*
nal, formado por 16 ministros no»
meados pelo presidente da Repúbli-
ca, designados para um período de
oito anos, com a função de julgar as
controvérsias relativas à legitimida-
de constitucional das leis e dos atos
com força de lei, emanados da União
e dos Estados. '?
*ÒÍI¥

Proteção para os filhos

O relator da Comissão da Famí-

lia, Educação, Cultura, Esportes, Co-
municação, Ciência e Tecnologia, de-
putado Arthur da Tâvola (PMDB-
RJ), apresentará seu substitutivo
aos anteprojetos elaborados pelas
três subcomissões que compõem es-
te grupo na próxima semana. Os tra-
balhos da comissão deverão estar es-

gotados no prazo de 20 dias e um dos
pontos que deverá gerar grande polé-
mica é a questão da criação do Con-
selho Nacional de Comunicação, re-
jeitado na Subcomissão de Ciência e
Tecnologia e da Comunicação. Na
primeira reunião da comissão, reali-
zada na manhã de ontem, a deputa-
da Cristina Tavares (PMDB-PE), re-
latora da Subcomissão de Ciência e

Tecnologia e da Comunicação, vol-
tou a insitir na necessidade de se
rever a votação do Conselho Nacio-
nal de Comunicação, e para isso já
entrou com um recurso, encaminha-
do ao presidente da comissão, sena-
dor Marcondes Gadelha (PFL-PB).

O anteprojeto da Subcomissão
da Ciência e Tecnologia e da Comu-
nicação foi concluído com 16 artigos,
sendo que nove dizem respeito à
Ciência e à Tecnologia e o restante
ao capítulo da Comunicação. Deste
foram excluídos os conselhos edito-

rial e nacional de comunicação, proi-
bido o monopólio da radiodifusão e
outros meios de expressão e comuni-
cação. Em relação à Ciência e Tecno-
logia, o mercado interno foi conside-
rado património nacional e a reserva
de mercado foi preservada.

O anteprojeto da Subcomissão
da Família, do Menor e do Idoso re-
conhece a união estável entre o ho-
mem e a mulher como entidade fami-

liar para efeito de proteção do Esta-
do e proíbe qualquer tipo de discri-
minação contra filhos nascidos fora
do casamento. O anteprojeto tahv-
bém considera crime passível dè*pu-
nição na forma da lei quaisquer atóis
que envolvam agressões físicas ou
psicológicas nas relações familiares.
No capítulo do menor o anteprojeto
assegura o direito à educação gratui-
ta para crianças de até seis anos, em
instituições especializadas, e à assis-
tência social independentemente de
os pais serem contribuintes do siste-
ma previdenciário. Ao idoso o ante-
projeto garante a aposentadoria aos
60 anos para a mulher, e aos 65 anos
para o homem; assegura proventos
mensais vitalícios não inferiores a

um salário mínimo aos não ampara-
dos pela Previdência, e inova ao esta-
belecer que o cônjuge viúvo, ao con-
trair novas núpcias, não perderá os
direitos previdenciários adquiridos.

No anteprojeto da Subcomissão
da Educação, Cultura e Esportes fi-
cou decidido que a União aplicará,
anualmente, nunca menos de 18% da
receita de impostos na manutenção e
desenvolvimento do ensino, enquan-
to os Estados, Distrito Federal e mu-
nicípios aplicarão 25% de suas recei-
tas. Este foi considerado o principal
dispositivo do relatório final da sub-!
comissão.

Tribunal con »'/•* jri abusos

O Brasil terá um Tribunal Cons-
titucional com competência para de-
clarar a inconstitucionalidade de
normas de administração. Na práti-
ca, isso vai significar que, se o Estado
não puder prestar serviços essenciais
como saneamento básico a uma co-
munidade, também não poderá tocar
obras de vulto como a ferrovia Norte-
Sul, por exemplo. A desculpa de falta
de recursos seria inconstitucional.

Esta é uma das propostas mais
avançadas aprovada, na Comissão
da Soberania dos Direitos e Garan-
tias do Homem e da Mulher, pela
Subcomissão dos Direitos Políticos,
dos Direitos Coletivos e Garantias.
Segundo o relator, deputado Lysâ-
neas Maciel (PDT-RJ), os conflitos
de jurisdição com outros tribunais
serão resolvidos pelo Congresso Na-
cional A subcomissão também apro-
vou a Iniciativa popular para leis or-
dinárias e constitucionais; o direito
de votar e ser votado para todos os
escalões militares; o voto facultativo
para menores entre 16 e 18 anos; e a
imprescritibilidade do abuso do po-
der económico e dos crimes eleitorais
até seis meses após a diplomação
parlamentar.

Ficou decidida a anistia ampla
com ressarcimento de direitos e van-
tagens para civis e militares; a am-
pliação da ação popular e a possibili-

dade de ser Impetrado mandado de
segurança com alcance também so-
bre pessoas jurídicas. A tortura foi
declarada crime não suscetível de
anistia, surgiu a ampliação do direito
dos refugiados e foi estendido o prin-
cipio da inviolabilidade do domicílio,
às sedes dos sindicatos e aos campi
universitários, entre outras associa-
ções. Foi proibido o monopólio da
informação e estabelecida a gratui-
dade do registro civil.
Já a Subcomissão da Nacionali-
dade, da Soberania e das Relações
Internacionais, que teve como rela-
tor o deputado João Hermann
(PMDB-SP), aprovou que o Estado
exerça soberania política e económi-
ca permanente sobre todos os recur-
sos naturais do seu território ou
aqueles criados pelo povo. A defesa
dessa soberania caberá ao povo e às
Forças Armadas. Estabeleceu que o
cargo de primeiro-ministro será ex-
clusivo de brasileiros natos e apro-
vou a coexistência pacífica nas rela- .
ções internacionais (conforme princí-
pios da ONU) e a participação do
País junto aos organismos multilate-
rais, de forma a favorecer a codifica-
ção progressiva do Direito Interna-
cional. Determinou ainda, entre ou-
tras questões, que todos os tratados
e compromissos negociados no Exte-
rior dependem de prévia autorização
do Legislativo.

Bispo diz que Constituinte está ameaçada
AGÊNCIA ESTADO

O bispo auxiliar da arquidiocese
de Porto Alegre, dom Edmundo
Kunz, afirmou ontem que "o País vi-
ve uma situação trágica" e que "a
Constituinte é o remédio mais eficaz
de que a Nação dispõe para curar as
suas enfermidades". E alertou: "É
preciso evitar a qualquer preço o es-
vaziamento da Assembleia Nacional
Constituinte. Seus altos objetivos so-
frem graves ameaças de torpedea-
mento".

Dom Edmundo Kunz fez essas
declarações ontem, no programa se-
manal de rádio "A Voz do Pastor",
frisando que "a Igreja tem consciên-
cia da gravidade e da importância do
momento histórico que vive o povo
brasileiro. Ela não pode se omitir de
participar do debate em torno das
diretrizes básicas que nortearão o fu-
turo relacionamento humano em
nossa pátria".
"Falta decisão política e planifi-
cada para enfrentar a crise económi-
ca, que está aprisionando o Brasil"

em "um beco sem saída", acredita o
bispo gaúcho. "O Estado está falido,
contudo, alimenta o sonho de conti-
nuar teimosamente gastador. Proje-
tos duvidosos e de interesse local são
escandalosamente manipulados em
concorrências incorretas e ilegais",
disse dom Edmundo, aludindo à fer-
rovia Norte-Sul. E destacou: "A cor-
rupção campeia desenfreada e im-
pune".
LULA

"O presidente José Sarney deve-

ria ter cinco minutos de humildade e

reconhecer que, se com dois anos de
mandato já fez os estragos que fez,
com cinco poderá fazer muito mais."
Desta forma o presidente nacional
do PT, Luiz Inácio Lula da Silva cri-
ticou ontem, em Santos, a disposição
do presidente da República de per-
manecer cinco anos no governo. Ele
considerou uma "presunção" de Sar-
ney ir à televisão defender o seu
mandato e desafiou-o a responder
publicamente a questões como "o sa-

lário mínimo, aluguel ou o preço da
carne".

O constituinte pestista afirmou
ainda que o presidente "não tem re-
presentatividade nem credibilidade
junto à opinião pública". Por isso, o
grande problema do Brasil, hoje, é
saber quem é o seu presidente, "se é
o Sarney ou Ulysses Guimarães". A
construção da ferrovia Norte-Sul foi
classificada por Lula como resultado
da "megalomania" do presidente
Sarney.